

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Por uma história, e por um projeto de diálogo sobre as histórias. Anais do VII ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 9 a 12 de junho de 2004 – Belo Horizonte –MG

LICENÇA DE USO

Este artigo é disponibilizado sob uma licença Creative Commons, como parte da proposta da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (<http://www.espiral.org.br>) e do projeto acadêmico em <http://www.ambiente.arq.br>.

Você pode reproduzir e distribuir esse material desde que citando devida e visivelmente os dados de autoria e publicação, sem adições, cortes ou qualquer meio que altere o sentido ou prejudique a integridade original do material, sem finalidades comerciais ou de propaganda de qualquer tipo, ou em contextos que promovam qualquer forma de violência, o racismo, discriminação. Caso distribua esse material, o fará explicitando essa licença. Sob nenhum aspecto essa licença representa seção de direitos.

POR UMA HISTÓRIA, E POR UM PROJETO DE DIÁLOGO SOBRE AS HISTÓRIAS

SANDEVILLE JR., Euler

Arquiteto e Urbanista (PUCC), Arte Educador (FEBASP) Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAUUSP), Especialização em Ecologia (USJT). Professor do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Área de Concentração Paisagem e Ambiente) da USP, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP.

End: Rua do Lago, 876 - CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Site: <http://www.ambiente.arq.br>. E-mail: paisagismo@usp.br

Abstract: *This is a review of the historical studies on landscape architecture in Brazil and their conceptual and methodological approaches, seeking to discuss perspectives for its future and to propose the creation of a network cooperation and groups integrating in that research area*

Key-words: *Brazilian landscape architecture, Brazilian landscapes history, concepts and methods in landscape architecture history*

“Nós somos anões apoiados nos ombros de gigantes. Vemos melhor e mais longe do que eles, não porque nossa visão seja mais aguçada ou nossa estatura

maior do que a deles, mas porque eles nos elevam a partir de sua altura gigantesca” (Bernard Guenée, citado por Caire-Jabinet 2003:17). Mas, de fato vemos melhor?

A abordagem científica ou ao menos sistemática da história do paisagismo brasileiro (o que também vale para a crítica) é muito recente e o material de pesquisa ou publicações existentes, com exceção da obra de Burle Marx, é bastante exíguo. Basta pensar que o livro fundamental de Flavio Motta, *Roberto Burle Marx e a Nova Visão da Paisagem*, é de 1983, ou seja, muito recente (o de Pietro Maria Bardi era de 1964).

Se já começamos a superar os primeiros postulados que serviam de parâmetro para os arquitetos paisagistas como referência para sua prática, ainda atuamos em um nível de consensos definidos pela inserção profissional e pela dificuldade inicial de se estabelecer uma ampla e desinteressada (independente) crítica histórica do paisagismo brasileiro. Que questões colocar para avançar nessa área, nos próximos anos?

O paisagismo, a arquitetura paisagística ou a arquitetura de paisagens (como prefiro adotar a designação norte-americana *landscape architecture*), os grandes trabalhos de jardinagem, o desenho ambiental, ou outros nomes que se possa usar para referir a este vasto campo de atuação (expressões que usarei todas aqui na mesma acepção), designam, de modo difícil de precisar, um objeto de síntese interdisciplinar que não é abrangido plenamente por nenhuma das formações profissionais hoje existentes no país (Sandeville Jr. e Lima, 1997 e 1998; Sandeville Jr. 1996 e 1998 e, para uma perspectiva histórica remontando à década de 20 em São Paulo, consulte Perecin 2003).

Quais seriam os primeiros postulados e consensos? Podem ser expressos por citações encontradas aqui e ali em diversos textos mais antigos, inclusive Dissertações de Mestrado, do tipo: na década de 50 havia Cordeiro e Cardozo em São Paulo, Burle Marx no Rio e, após a morte deste, apontou-se o paisagista carioca Fernando Chacel como uma das mais importantes referências do paisagismo no Brasil. Nessa fase também despontaram com destaque Miranda Martinelli (responsável por toda a organização do curso de graduação e pós-graduação da FAU.USP, um trabalho pioneiro em termos de América Latina) e Rosa Kliass (talvez um dos escritórios de paisagismo com a produção mais diversificada), tendo essas duas paisagistas um papel fundamental na afirmação da arquitetura de paisagens em São Paulo e a partir delas menciona-se três ou quatro “gerações” de arquitetos paisagistas. Antes, no século 19, Glaziou e eventualmente no “ecletismo” do século 20 os Dieberger, no primeiro modernismo Mina Warchavchik.

Álvaro Vital Brazil chegou a me dizer (1986) que não conhecia outro paisagista além de Burle Marx. Ana Maria Belluzzo, em texto publicado no catálogo de exposição sobre Waldemar Cordeiro (1986), considerava: *“Em São Paulo só por volta de 1950 alarga-se o espaço antes preenchido pelo arquiteto e pelo jardineiro, dando lugar à figura profissional do paisagista. Contavam-se nos dedos: eram Roberto Coelho Cardozo e Cordeiro”* e acrescentava: Burle Marx no Rio de Janeiro. A autora expressava um consenso, a informação disponível. O ensaio de Belluzzo sobre Waldemar Cordeiro permaneceu por muito tempo o único trabalho disponível de referência sobre a atividade de paisagista desse artista (ao que percebemos até Sandeville Jr. 1993, publicado apenas em 1997).

Também em 1986 iam à mesma direção Sandeville Jr. e Gorsky, em um texto publicado através da ABAP (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas) na Revista

Projeto com finalidades de divulgar a produção de um grupo de arquitetos paisagistas, após uma enquete com alguns paisagistas proeminentes que apontava para esse roteiro de referências fundamentais e consensos acima mencionados. Obviamente havia outros paisagistas naquele momento, merecendo destaque - não seria interessante o desconhecimento entre os arquitetos paisagistas de Otávio Teixeira Mendes, tendo recebido apenas recente estudo em Mariano (2003)? Desconhecimento não no sentido de não se saber sua existência, mas de não se conhecer sua contribuição específica, talvez eclipsada pelas questões em torno ao Ibirapuera, por sua formação e por sua atuação em áreas que só mais recentemente adquiriram o interesse devido.

Falamos de uma estrutura presente em trabalhos mais antigos, mas mesmo em trabalhos recentes essa estrutura é fortemente afirmada como base de explicação para uma produção mais ampla: "*Esse conjunto* [um amplo inventário realizado por esse autor] *é fruto de 200 anos de experiências bem sucedidas, concentradas em duas figuras emblemáticas: Auguste François Marie Glaziou - o paisagista do II Império - e Roberto Burle Marx - o paisagista brasileiro do século XX - figuras que balizam e referenciam o trabalho de toda uma coletividade*" (Macedo 1999:17). Rigorosamente falando, nota-se que não superamos esse entendimento centrado nesses poucos nomes notáveis, apenas começamos a contextualizá-lo um pouco, em alguns casos a aprofundar o entendimento sobre eles.

Qual a contribuição dessas formulações partilhadas na categoria? Estabelecia-se um ponto de partida, uma referência preliminarmente válida por onde começar a se estudar a história do paisagismo brasileiro. Qual o problema dessas formulações? Em parte expressavam a inexistência até então de pesquisas na área tornando extremamente difícil a reconstituição do quadro assim proposto, vinculando-se a uma percepção que indubitavelmente se via presa de certos juízos valorativos e injunções profissionais. Uma visão tão restrita, e que em grande medida ainda permanece operativa como vimos, expressa o atual desconhecimento sobre o paisagismo no país, situação que ainda demandará muito tempo para ser devidamente superada, já que não se trata apenas de um inventário (um passo necessário entretanto), mas de pesquisas em profundidade.

Constituiu-se assim uma estrutura interpretativa e valorativa, cujo risco é dar impressão de uma homogeneidade e linearidade que não existe sequer internamente à obra de cada um desses paisagistas adotados como referência. O risco é também fundar um juízo de valor que limite *a priori* futuros "olhares". Aliás, a visibilidade do excepcional (também problemática para o entendimento da paisagem) parece ser determinante nos estudos de elementos e práticas que de alguma forma se referem à natureza tropical (já observava Holanda 1969), e o paisagismo brasileiro fez ampla apropriação dessa referência (Motta 1986, Dourado org. 1997, ou no "avesso" deste caminho Wrede e Adams, org., 1991); tema cujo aprofundamento depende de investigações sobre as paisagens e suas representações e seus significados (como em Belluzzo 2000 e Sandeville Jr. 1999, ou novamente pelo "avesso", em Schama 1996).

A questão de ser uma visão restrita, aquela que apontávamos nos parágrafos anteriores, entenda-se, não está no estudo em si de grandes mestres, pois as pesquisas que adotaram esse caminho têm trazido contribuições importantes para o alargamento e até redirecionamento desses "olhares". No caso do estudo de certas obras (seja do paisagista tal, seja o projeto tal), a visão poderia ser considerada restritiva apenas se não revelar a diversidade de soluções, a complexidade dessas obras, ou se não for capaz de inserir esses nomes e objetos em quadros de análises mais amplos, ou seja, num debate da cultura, da produção profissional e do espaço

em que faz sentido, em que se revelam tanto suas contradições quanto das buscas que se empreendem. Isso seria um postulado válido, quer estejamos investigando nomes já consagrados ou não, destacando-se que com o aumento do número de pesquisas que ainda é muito lento, será necessário investigar também os últimos.

Mas há outras questões a considerar. Permanece também restrita a abordagem, caso não se renove a visão de história que a suporta. Ponto interessante, em que quantidade não é a contribuição essencial. Embora reclamemos por um mais amplo e representativo conjunto de obras e de autores, mesmo um amplo inventário pode ser reducionista e exatamente contribuir, sob uma capa de história, para sua irreal simplificação. Tal ocorreria por exemplo se a visão mobilizada ainda for a de uma história fatural e de heróis (ou de classificações estilísticas formalistas, acrescento), o que seria uma abordagem "*superficial em todos os sentidos*" na opinião de Le Goff (2001). Voltaremos a este ponto mais adiante, e este não é o único ponto a se discutir.

Retomemos a questão inicial. Se já começamos a superar esses primeiros postulados e persistentes por longo tempo, em que medida e no que os superamos? Em que medida estruturas desse tipo ainda prevalecem?

Levantemos uma hipótese, ao pensarmos na década de 80 e sobretudo de 90. A de que tanto a afirmação quanto a superação dessas estruturas passe por um interesse crescente no campo de atuação, com a multiplicação de profissionais trabalhando na área, ampliando as dificuldades de concentração de esforços de classe e fazendo aflorar novos interesses comerciais que se organizam independentemente dos interesses de associações de classe até então estabelecidos. Processo que revela conveniências e conflitos pelo estabelecimento de uma competência específica de mercado que, entretanto, não foram avaliadas de modo independente, isto é, por pesquisadores sem vínculos (diretos ou indiretos) com esses grupos. Na verdade, certos vínculos são inevitáveis, o ponto seria não nublar a percepção crítica dos contextos e valores subjacentes às pesquisas. Acompanhando esse interesse, houve uma motivação também crescente nos cursos de arquitetura pelo estabelecimento da disciplina de paisagismo como um conteúdo próprio e fundamental (não sem conflitos), convergindo na sua institucionalização como matéria de fundamento na formação dos arquitetos (embora já houvesse as disciplinas) quando da reformulação do currículo, salvaguardando assim uma competência profissional que era alvo de disputas com outros profissionais nos CREAs.

Não foi linear o modo como foi assumido isso pelos cursos de arquitetura e os ENEPEAs (Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura) com certeza contribuem para entender esse processo. Apesar desse quadro, muitas escolas esvaziaram cursos de paisagismo, para fortalecer conteúdos de projeto do edifício, considerado núcleo de ação dos arquitetos. As justificativas se prendiam por vezes ao rebaixamento de exigências para o ingresso de alunos com a multiplicação de escolas, gerando uma verdadeira disputa de mercado por qualquer aluno, destinada a manter uma oferta irreal de vagas (correspondendo a uma curiosa política - para sermos educados - de educação federal, através da qual se superavam todos os índices de escolaridade no país e se estruturava um mercado particular para o ensino superior). O que (argumentava-se nessas escolas), acarretaria maiores dificuldades na formação desse profissional, levando à redução de exigências de desempenho e conteúdo nos cursos. Para o que contribuiria também a insuficiência de um corpo de professores especialistas para a área frente à multiplicação de cursos de arquitetura e urbanismo bem como a formação superficial de alguns "arquitetos de cepa" para o enfrentamento da paisagem, vendo paisagismo como elemento

decorativo e corretivo, quiçá pelo modo como o empregaram em seus projetos de edificação.

Ainda assim, mesmo nas escolas que esvaziaram - foram algumas - em maior ou menor grau o conteúdo específico da disciplina, cada vez mais os alunos demandavam esses conhecimentos! Quer por um crescimento desse mercado que sentiam em um contexto em que apenas alguns campos de atuação do arquiteto revelavam expansão, quer por um interesse crescente nos problemas de paisagem, que os conhecimentos ambientais que se difundiam pela sociedade suscitavam, evidenciando a necessidade de novos enfoques. O que pode ser expresso no aumento de Trabalhos Finais de Graduação que adotavam parques como temas, em geral defrontando-se com problemas de formulação conceitual e de uma polarização mal resolvida entre o projeto do edifício (núcleo da formação do arquiteto segundo um grande número de professores) e os contextos urbanos e ambientais para os quais a maioria das escolas achava-se (ainda estão?) despreparados para enfrentar.

Bem, trata-se de uma hipótese baseada na observação nada sistemática de um conjunto de escolas na região sudeste, e que não é o argumento central a ser desenvolvido nesta comunicação. O adequado entendimento dos impasses e possibilidades acima propostos depende de que a questão central seja a paisagem e não o projeto de plantação ou de entorno de edificações no lote (que obviamente *integra* o campo de atuação, mas tão freqüentemente confundido como campo da arquitetura paisagística mesmo em círculos profissionais). Não é necessário, num Encontro como este, retornar a esses postulados básicos do campo abrangido.

Interesse pelo paisagismo acima mencionado, que também devemos situar em um outro conjunto de transformações do quadro profissional, com um número maior de arquitetos e num contexto de mercado cada vez mais restritivo e competitivo, no qual, creio, perderam os arquitetos muitas oportunidades de antecederem "*seu tempo*" (para referir-me com certa liberdade a uma categoria já clássica nos estudos de artes e arquitetura, não sem colocá-la em dúvida), ou ao menos de "*acompanhá-lo*" e perderam assim espaços de mercado, cada vez mais ensimesmados pelo próprio brilho vindo de outros tempos. Não convém aprofundar mais esse tema aqui, basta destacar que nesse contexto, que não é apenas profissional, mas também cultural, há um interesse crescente pela formação continuada, e por um outro diálogo com os métodos, o que não deixava de ser um questionamento da herança modernista e uma busca de atualização.

Assim percebeu Aracy Amaral, em seu prefácio ao livro de Hugo Segawa: "*É fenômeno relativamente recente, de uns vinte anos para hoje, vemos entre nós arquitetos recém-formados se dedicando à pesquisa da história da arquitetura. Esta atividade (...) nem sempre tem sido bem recebida entre alguns arquitetos projetistas, que dentro de um certo purismo, consideram o fazer arquitetônico como única forma de expressão criativa em sua área. Contudo, é entre esses jovens profissionais que vemos emergirem os historiadores de arquitetura, docentes com formação de pesquisa (...). Desse grupo que hoje se situa entre os 30 e os 45 anos emergirão, por certo, dentro em breve, os teóricos da estética do projeto*". A publicação era de 1996, ou seja, esse grupo está hoje quase uma década mais velho; não sei se surgiu uma teoria da arquitetura a partir daí, ou se deveria ter surgido, mas de fato surgiram arquitetos com preocupação teórica necessária para a profissão, ou pelo menos se ampliou essa disposição. Até personagens contrários às "abstrações teóricas da universidade", os de dentro e de fora da Universidade, apressaram-se a obter as nobres insígnias do saber acadêmico.

Podemos entretanto supor que esse quadro, que com certeza precisa ser melhor formulado e relativizado para um conjunto de *escolas* e condições regionais e locais de atuação *profissional*, possa ter contribuído por uma demanda crescente de profissionais que se voltavam para a investigação acadêmica em cursos de pós-graduação em nossa área de conhecimento. Quadro que, espero esteja claro, não se refere apenas a dinâmicas de mercado, mas a desenvolvimentos conceituais e ideológicos. No caso da pesquisa em paisagismo (melhor, Paisagem e Ambiente), a questão deve ser vista também nesse contexto, mas no momento em que aconteciam essas coisas, não havia tradição de investigação histórica do paisagismo. Ao contrário, havia os consensos mencionados acima. O estudo da arquitetura de edifícios contava ao menos com uma certa tradição: Lúcio Costa, Luis Saia, Germain Bazin, Paulo Santos, Nestor Goulart, Carlos Lemos, Murillo Marx entre outros importantes expoentes desses estudos (tendo aqueles mais voltados para os estudos dos espaços urbanos como Nestor Goulart e Murillo Marx, contribuído mais diretamente para avanços nos estudos na área de história da paisagem e do paisagismo).

Que houve notável crescimento de pesquisas não há dúvida, associada também a um crescimento ainda lento de orientadores e de cursos de pós-graduação que se voltam para esse nível de formação específica. O curso de mestrado da FAU.USP foi criado em 1972 e o curso de doutorado em 1980, permanecendo como único doutorado no país até 1998. Uma verificação dos trabalhos desenvolvidos pela área Paisagem e Ambiente da FAU.USP (Galender 2004), reconhecidamente pioneira em pesquisas de pós-graduação nesse campo no país, mostra que a grande predominância das investigações teve até o momento um corte contemporâneo, mais preocupado com a investigação da ação no espaço regional e no espaço público urbano.

O estudo fundador das pesquisas na área foi "*Contribuição ao Estudo dos Espaços Livres de Uso Público nos Grandes Aglomerados Urbanos*", de Miranda Martinelli Magnoli e orientado por Nestor Goulart, de 1973. Os trabalhos seguintes surgem apenas uma década depois (Macedo 1982, Magnoli 1982, Nishikawa 1984, veja Tabela 1). Os primeiros trabalhos com enfoque mais histórico foram Macedo 1982 sobre evolução do bairro de Higienópolis e Sandeville Jr. 1993, reunindo elementos para subsidiar uma história do paisagismo brasileiro, ambos sob orientação da Professora Miranda Martinelli. Em nossa área tateávamos atrás das primeiras explicações e reconstituições, tendo os estudos de pós-graduação ficado restritos até recentemente às investigações na FAU.USP, muito mais comprometidas até bem pouco com as questões do espaço livre público, quase sempre contemporâneo, embora muitas vezes incluindo alguma perspectiva histórica.

Tabela 1: produção de pesquisas de pós-graduação na Área Paisagem e Ambiente, com base em Galender 2004; org. Euler Sandeville Jr.				
década	mestrados	doutorados	livre docência	totais
1970-79	01			01
1980-89	09	01	1	11
1990-99	15	14	3	32

2000-02	08	08		16
totais	33	23	4	60

Uns poucos trabalhos constituíram uma investigação pautada pela pesquisa histórica ou realizaram uma revisão histórica mais cuidadosa sobre o paisagismo para esclarecer temas predominantemente contemporâneos. Alguns dos trabalhos citados adiante sobre história do paisagismo, não foram desenvolvidos no âmbito específico da área Paisagem e Ambiente da FAU.USP, embora por pesquisadores, profissionais e orientadores de algum modo ou em algum momento relacionados ou com a área ou com o campo profissional abrangido.

Tal defasagem (na verdade uma prioridade assumida), justificável pela urgência de estabelecer um conhecimento sobre a ação na paisagem, tende a diminuir na medida em foi criada, no final de 2003, uma linha de pesquisa (*Paisagem e Ambiente: Base Documental e Sistemas Interpretativos*) na Área de Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-Graduação da FAU.USP, que deverá especificamente enfrentar essas questões e que aproveita um conjunto de trabalhos anteriormente desenvolvidos com uma perspectiva histórica de entendimento da paisagem. Deve-se notar que também na Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, a questão da paisagem e do paisagismo foi recentemente incorporada, gerando alguns trabalhos importantes para o conhecimento nessa Área. Em todos esses trabalhos e na organização dessas investigações enquanto Área de Conhecimento, percebe-se a contribuição direta ou indireta da Profa. Miranda Magnoli, cujo pioneirismo e influência é já amplamente reconhecido.

Vale ser notado aqui que seu trabalho de pesquisa e de formação de pesquisadores e docentes foi conduzido em um momento em que a estrutura universitária de pesquisa não tinha o desenho atual priorizando pesquisas integradas. Vale também a oportunidade da crítica, de que hoje esse desenho (organização universitária a partir dos órgãos federais e das próprias instituições) apresenta uma excessiva institucionalização das exigências de prioridades de investigação, privilegiando áreas de aplicação tecnológica e econômica e condicionando as políticas de fomento, quando não certos conceitos de produtividade associados a certas injunções de mercado, inclusive do ensino (Sandeville Jr. 2003). Era também tênue a tradição de pesquisas em arquitetura e urbanismo e quase inexistente (para ser prudente) em paisagismo, quando a Profa. Miranda Magnoli investigou várias questões de método que se articulavam em várias escalas de entendimento da paisagem, integrando as várias pesquisas individuais de seus orientados em uma proposta teórica e de método sem precedentes no país, na área que nos ocupa.

Pode-se dizer que os primeiros trabalhos acadêmicos procurando dar conta de uma visão histórica do paisagismo brasileiro remontam há cerca de dez anos (ao início da década de 90). Apenas nos últimos anos começaram a se diversificar e ampliar as pesquisas, mas ainda muito poucas e cuja circulação é muito restrita, ficando por vezes limitada a um número circunscrito de estudiosos dentro da própria Universidade.

Sandeville Jr. (1993; publicações em 1986, 1994, 1997) analisou a produção emblemática de Mina Warchavchik, Roberto Burle Marx, Waldemar Cordeiro e Robert Coelho Cardozo, identificados basicamente com São Paulo e Rio de Janeiro, sob orientação de Miranda Martinelli. Praticamente inexistiam em 1986 (início desse

trabalho), publicações e trabalhos acadêmicos que pudessem servir de referência, tornando necessário, numa abordagem inicial, assumir tais dificuldades e estabelecer um *ensaio* sobre os fatos ou as pessoas que ainda hoje são considerados fundadores. Mas o ponto de partida do trabalho acadêmico era outro, já não se tratava do estabelecimento programático de prógonos (o que de certa forma fora feito em 1986), nem de uma descrição narrativa, instrumental ou operativa de suas obras. A questão colocada era a de reconstituir um quadro crítico e analítico que servisse de ponto de partida na identificação dos vínculos e nexos culturais necessários para uma posterior formulação da história do paisagismo moderno em São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma discussão da cultura. O objetivo a partir de uma leitura crítica da bibliografia disponível, sobretudo os artigos nas revistas como Acrópole e outras e de um acervo ainda não catalogado (na época) na FAU.USP, era reconhecer as diferenças e contribuições dos seus enfoques projetuais. Qual a validade desses estudos? Apontam para algumas questões que merecem ser discutidas:

1. Além daquelas contribuições de informação e crítica, a análise dos exemplos escolhidos mostrou que o conhecimento do paisagismo exige *categorias de análise que transcendem* o repertório atual da profissão, para que o debate se estabeleça em sua dimensão cultural.
2. Mostrou, no âmbito do paisagismo, uma *diversidade de fundamentos artísticos, sensíveis, intuitivos, de métodos, abrangências e escalas de trabalho*. Tal diversidade, não apenas entre diferentes paisagistas de origens, épocas e temáticas diversas, mas intrínseca à própria produção de cada um, não é nem estática nem simplesmente evolutiva num sentido linear (quer da sucessão de autores, quer da obra de cada autor), razão que as tornam criativas. Deste modo, aponta para a insuficiência de abordagens através de esquemas classificatórios generalizantes ao modo dos apelidos de tendências, tal como fez Jencks (1984), para citar um autor que não incomodaria a ninguém, dos tipos enquanto abstração meramente formal desvinculada de sua historicidade ou das classificações estilísticas que veiculam determinados fatos a amplas correntes sem considerar as transposições e mediações realizadas, e portanto homogeneizando e iludindo a especificidade criativa quer dos autores, quer dos projetos.
3. Evidenciam esses exemplos coincidências notáveis nessa produção pioneira e fundadora com as *artes plásticas e com os movimentos culturais* de seu tempo. Assim, a validade do estudo desses referenciais, ou "entradas preliminares", que foram apenas seletivos e não excludentes, está na finalidade de explorar a *dualidade entre sensibilidade e método* e possibilitar uma leitura da relação do homem com a construção do ambiente, que é cultural, ecológica, social, política. Mas não determinista entre essas "esferas", como tantas vezes se vê, quando se propõe uma passagem automática e irreal entre os fatos e períodos que operam em uma escala de análise global até aqueles fatos que se estudam em escala local (Villaça 2001, já em 1988 chamava atenção para a inadequação de transposições desse tipo nos estudos sobre o espaço urbano). Rigorosamente, é necessário superar essas transposições deterministas e *reconhecer quais os fatos, processos e daí sistemas explicativos necessários a cada tempo, lugar e escala de abordagem, inclusive percebendo a diversidade de agentes sociais*.
4. Mostraram, o que se constata sempre com tristeza, o grande descaso pela estruturação das paisagens brasileiras, subjugadas a urgências e injustiças de todos os tipos. *O paisagismo é ainda concebido como a criação de lugares*

excepcionais, em geral para elites e mesmo quando se volta à criação de espaços públicos - o que se faz com frequência - estes se situam nas regiões mais valorizadas das cidades. É assim historicamente uma atividade concebida para o poder político-econômico e *os conhecimentos desenvolvidos no trato com a paisagem não chegam, lamentavelmente, a se rebaterem nela*. Problema que não é apenas da visão de paisagismo que impera na categoria profissional, mas no conjunto social incapaz de uma formulação cultural e política para a construção de seu ambiente (Sandeville Jr. 1993, 2001, 2003). Apesar disso a produção analisada apontava para uma firme e necessária *discussão da cultura e da paisagem* e para uma superação de uma concepção vinculada à ornamentação da edificação para subordinar-se à paisagem. Se tal ainda não ocorre, apesar do interesse crescente despertado por temas de paisagismo e de paisagens, a explicação passa pela formação do conjunto de profissionais de todas as áreas de nível superior e pelos obstáculos a uma formação independente e criativa da imensa maioria da população.

Muito recentemente começaram a surgir estudos acadêmicos que enfrentaram os desafios de aprofundamento e superação necessários às primeiras leituras e que avançaram metodologicamente no trato das fontes primárias de informação. Quase uma década separa as conclusões dessas pesquisas. Temos assim dois mestrados importantes, sobre Mina Warchavchik realizado por Tatiana Perecin (2003) sob orientação de José Tavares Lira e o de Guilherme Mazza Dourado sobre Burle Marx (2000), sob orientação de Hugo Segawa. Estes trabalhos também não podem ser considerados biográficos e fundam-se em cuidadosa investigação documental que circunscreve saudavelmente suas análises a debates culturais e estéticos. Pertencem já a um segundo momento (de uma primeira etapa) de amadurecimento das pesquisas, que será mencionado adiante. Não surgiram ainda trabalhos no nível de pós-graduação, que tenha notícia, sobre os dois outros paisagistas modernos enfocados em Sandeville Jr. 1993: Robert Coelho Cardozo e Waldemar Cordeiro, exceto dois trabalhos de iniciação científica, anteriormente publicados em Cardoso (1992) e Castilha (1992), e se não fora sua divulgação na revista Paisagem e Ambiente permaneceriam desconhecidos como um sem número de pesquisas de iniciação que se esgotam em seus relatórios, não socializando o aporte público realizado nessas pesquisas. Obviamente estou aqui marcando uma demanda, da *obrigatoriedade* de que tais pesquisas sejam devidamente disponibilizadas em *bibliotecas* e tenham seus resultados divulgados em *artigos*, quer pelos alunos, quer pelos orientadores, ou em conjunto, como ocorreu com as duas citadas acima, na medida em que recebem verbas de instituições de fomento.

Um dos problemas centrais para avanço das pesquisas é que permanecemos sem qualquer base arquivística ou de catalogação de acervos para continuar os estudos nessa direção, mostrando que os esforços ainda precisam se desdobrar, merecendo destaque o acervo de projetos e fotos da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, organizado a duras penas. Os demais arquivos permanecem particulares ou não sistematizados nessa perspectiva, como é o caso do escritório Burle Marx, que gentilmente atende os pesquisadores que o procuram e o acervo do Projeto Quapá, não organizado com essa finalidade mas a partir de uma preocupação empírica de reconstituir em base digital a produção de praças e outros espaços para sua comparação e classificação.

Devemos mencionar também o trabalho de Oliveira s/d e destacar um dos problemas apontados anteriormente. Não está disponível para consultas em bibliotecas paulistanas, o que exemplifica a dificuldade de se ter notícias e circular pesquisas desenvolvidas em outros centros de pesquisas. Mesmo no chamado eixo Rio-São

Paulo, há uma série de trabalhos que só muito lentamente vão se tornando conhecidos fora de um círculo restrito de pesquisadores, retardando o aprofundamento crítico e a difusão dessas pesquisas. Aqui talvez uma das motivações centrais deste artigo e desta comunicação no ENEPEA, como se verá.

Anterior aos modernos, é sem dúvida Glaziou o paisagista que mais interesse despertou (Terra, 1996; Ceniquel, 1995, Sandeville Jr. 1999). Os demais paisagistas permanecem obscuros ou restritos a poucas pesquisas que se encerram nesses circuitos acadêmicos onde foram produzidas. Há que ressaltar o pequeno número de periódicos técnicos, na verdade destaque devendo ser dado à Revista *Paisagem e Ambiente* da FAU.USP, circulando desde 1986, e com maior regularidade desde a década de 90, com 17 números já publicados. A partir do final de 2003 há também a Revista eletrônica *Paisagens* (<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa>, também da FAU.USP). Voltada para uma circulação mais abrangente, como indica o próprio nome, temos também o *Jornal da Paisagem* (<http://www.jornaldapaisagem.com.br>), embora seus objetivos não são especificamente voltados para a pesquisa, também divulga matérias nessa direção.

Já mencionamos a construção anterior de um repertório partilhado entre arquitetos que atuam na paisagem, selecionando alguns eventos ou nomes marcantes, o que continua ocorrendo quanto à visibilidade da produção contemporânea. Talvez um dos primeiros inventários mais amplamente representados, superando o material esparso pelas revistas comerciais e *years books* - para as quais temos dado pouca atenção, embora sejam mais influentes sobre conceitos de projeto e de formação do campo do que todos os nossos cursos e pesquisas juntos -, seja o de Dourado 1997. Praticamente restrito ao círculo da ABAP, teve o mérito de registrar uma produção de alto significado e comprometida no mais das vezes com uma discussão da paisagem. O trabalho também inclui alguns rápidos ensaios que vistos a distância fornecem interessantes elementos para estas discussões. O inventário mais abrangente de projetos realizados em vários "períodos históricos" está em Macedo 1999. É uma primeira publicação com base no Projeto Quapá, iniciado em 1994, que inventariou projetos de paisagismo em âmbito nacional, com ênfase em uma organização temática e classificatória que se aproxima de um estudo morfológico empírico. Este trabalho contribuiu do ponto de vista iconográfico para introduzir e difundir uma produção mais inclusiva, revelando e disponibilizando um material até então inédito e de difícil acesso. Deve-se ressaltar que ultrapassam o nível da mera divulgação com fins comerciais que caracteriza as revistas de ampla circulação. Estes dois trabalhos surgiram no momento em que esse ramo de atividade comercial apresentava notável expansão e disseminação a partir dos anos 80 e 90, que como vimos corresponde à estruturação da Área e a uma série de questões apresentadas neste trabalho.

Por outro lado, algumas pesquisas começam a surgir enfocando de modo sistemático aspectos não abordados nos trabalhos anteriormente citados, necessários à compreensão histórica do paisagismo brasileiro, como em Mariano (2003), entre outros, sobretudo voltados para estudos de espaços públicos em capitais brasileiras, como Kliass (1989, em uma perspectiva histórica), Mariano (1992), Maciel (1998), Neves (1997), Bartalini (1999), Oliveira (2003), Barros (2002), Souza (2002), sem com isso esgotarmos essa relação que integra uma bibliografia bem mais abrangente do que no assunto anterior. A contribuição importante de Mariano (2003), sob orientação de Murillo Marx, está em ser o primeiro no âmbito da FAU.USP a estudar a obra de um engenheiro agrônomo, possibilitado o resgate de Otávio Teixeira Mendes, um profissional até então omitido até mesmo nas citações rápidas, que revela importantes vínculos institucionais e culturais. Oliveira (2003), sob orientação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, também contribui, ao estudar os projetos para o

Parque Ibirapuera, sobretudo ao demonstrar uma visão da história como um campo de conflitos e discursos que lutam por uma hegemonia, confronto no qual se estabelece uma história quase "oficial" válida em períodos posteriores, isto é, que apaga as divergências. Seu trabalho resgata bem essa questão mostrando um dos possíveis antídotos para as generalizações ainda freqüentes em nossa área.

Considerando-se o interesse crescente pelas paisagens naturais brasileiras, tema colocado em destaque pela importância da questão ambiental nos últimos 30 anos e de fundamental interesse para o paisagismo, inúmeros trabalhos que não se vinculam diretamente à questão do paisagismo trazem informações e problemas relevantes para a compreensão desse campo de atividades. São publicações que contribuem de maneira importante para contextualizar uma futura história cultural e ambiental do paisagismo e das paisagens brasileiros, tais como, para citar poucos: Belluzzo (2000, primeira edição em 1994), Dean (1996), Heneymann (1995), Abreu (1992). Com certeza antecedem por pouco novas direções de estudos históricos sobre a paisagem, para a qual contribuem, que se impõem em Segawa (1996 sob orientação de Aracy Amaral; ampliando uma análise já pioneira sobre o tema tratado anteriormente por esse mesmo autor em Segawa 1983), Sandeville Jr (1999 sob orientação de Miranda Martinelli, abordando as relações entre paisagem, natureza e cultura no Brasil em um longo transcurso histórico), Guaraldo (2002 sob orientação de Murillo Marx, inserindo a questão dos espaços públicos em quadros culturais e urbanos da primeira república). Seus autores se preocuparam, de modos diversos nesses trabalhos, com a discussão de certos quadros culturais ligados à urbanização e à natureza. Essa nova direção tende a ganhar interesse crescente e a abrir várias perspectivas de investigação, inclusive colocando em destaque aspectos metodológicos decorrentes de uma visão interdisciplinar no enfrentamento de temáticas como paisagem, natureza, cultura e necessárias para articular inclusive as futuras investigações sobre obras de paisagistas a que nos referíamos anteriormente.

Se alguns eventos são determinantes na formação dos conceitos ou do repertório para a prática atual do paisagismo no Brasil, há ainda um completo desconhecimento da diversidade dessa produção, até mesmo em termos do Estado de São Paulo, onde se concentraram até agora os principais núcleos de pesquisa (*deveríamos pensar nesse sentido na necessidade de um maior equilíbrio e desenvolvimento de centros de investigação na área*). Como se nota, mesmo considerando o caráter apenas de citação (mesmo que incompleta) desta listagem, as investigações atuais ainda não permitem compor um inventário e um debate suficiente para circunscrever a especificidade do campo do paisagismo entre nós. Afirmação central, da maior relevância, de modo algum irrefletida. É prematuro estabelecer validade das estruturas (embrionárias) interpretativas no atual estágio. Além disso, há tradições não decorrentes da arquitetura ou a ela pouco relacionadas, sobretudo decorrentes da agronomia, que necessitam ser estudadas para que se conclua com algum rigor sobre as particularidades do paisagismo no Brasil. Daí a importância de se divulgar nesse momento essas pesquisas, ponto no qual, acredito, reside uma das maiores possibilidades de se superar as dificuldades atuais para produção desse conhecimento.

A existência dos trabalhos até agora mencionados não permite colocar nada de definitivo nem imaginar que esses paisagistas citados e agora um pouco mais estudados, já estejam bem ou suficientemente conhecidos. Sequer é possível ainda o confronto teórico desses trabalhos, pioneiros como são, senão em linhas muito gerais. Permanece um enorme campo de investigações aberto, sobretudo a um aprofundamento metodológico e conceitual das abordagens.

Creio, com base nessas observações, que estamos ainda apenas em uma segunda *etapa* de uma *fase inicial* de pesquisas. Dessa *fase* inicial, a primeira *etapa* seria formada por uns poucos estudos que partiram desses consensos disseminados na área e muito apoiados em fontes secundárias e depoimentos dos paisagistas mais antigos, que procuraram alargar uma base histórica para a discussão do presente, e a segunda *etapa* formada por alguns estudos monográficos de caráter mais histórico que se aproximam do estudo sistemático de fontes primárias e procuram compreender circunstâncias e atores significativos identificados em um primeiro momento, bem como por estudos que circunscrevem novas abordagens como relações entre natureza e cultura na constituição das paisagens. Em qualquer perspectiva, no estágio atual ainda não estabelecemos sequer um inventário que sirva de base válida para aprofundamentos teóricos. Com a dificuldade inerente de que o documento fundamental, o próprio espaço construído, no caso dos jardins tem uma existência bastante fugaz, mas também mutante, necessitando inclusive que se determine no caso dos melhores testemunhos as alterações no tempo em relação aos projetos e aos momentos iniciais após a execução. Merece se destacar que ainda não se exploram documentos como cadernetas de obras, contratos de trabalho e outros tantos, inclusive as partes gráficas completas dos projetos, que pressupõem a identificação e construção de acervos e que poderão vir a constituir importantes fontes de estudo. É prematuro supor que haverá uma terceira etapa, que agregará maiores preocupações teóricas, metodológicas e historiográficas?

Para que seja possível passar para uma segunda *fase* será necessário que se tenham desenvolvido estudos em quantidade e qualidade suficientes para rever o atual quadro de consensos sobre o paisagismo no país, que estabeleçam um acervo de fontes devidamente catalogadas para possibilitar avanços críticos mais aprofundados e a superação de um repertório que ainda é excludente da diversidade dessa produção. Será também necessário que se supere o isolamento de pesquisas nas instituições que as geram, criando-se um sistema de intercâmbio mais eficiente. É esta proposta o que anima a apresentação deste texto.

Isso para permanecermos restritos ao âmbito do paisagismo erudito e profissional, habitualmente a serviço de um mercado formado pelas elites e classes médias mais abastadas. Há aqueles espaços que, ainda nesse mercado, são considerados apenas ornamentais e decorativos de residências e empresas, sem maiores compromissos estéticos com a "grande tradição da arte do projeto" (se me permitem referir desse modo) e que expressam as convenções impostas pelo mercado e por um público alheio a exemplos mais elaborados de soluções para o espaço livre. Se forem poucas as soluções arquitetônicas mais elaboradas de edifícios, são mais raras ainda as boas soluções para o espaço público em nossas cidades governadas pelos interesses imediatos e pela desigualdade. Mas são mesmo jardins que se multiplicam como um carimbo, emprestando soluções *caricaturizadas* decorrentes de tradições estereotipadas de projeto? Ou essa forma de entendê-los expressa parte de nossa dificuldade de inventar uma paisagem relevante para o cotidiano das cidades, discutir os seus significados culturais, estabelecer uma visão histórica de seus processos? Podem ainda expressar dificuldades maiores, da categoria, de colocar em questão o papel ocupado pelo arquiteto nessa invenção da paisagem.

Mais importante do que isso, muito mais importante. Há uma recusa quase absoluta, por enquanto, de considerar o sem número de jardins sem "autores", obras da afeição e da arte intimista de seus proprietários e plenos de significados, utilidades e memórias, nos mais restritos espaços (figura 1). Há, nessa mesma direção, os espaços públicos apropriados e mantidos pela própria vizinhança, totalmente alheios a estas grandes tradições "oficiais" do paisagismo (figura 2). Todas essas são soluções a

meu ver criativas e dignas, mas não são estudadas nem valorizadas porque não são incluídas no status de arquitetura paisagística. O que corresponde a uma visão consagrada da história do paisagismo, que não insere seus objetos excepcionais na paisagem, e que ignora quadros históricos em que são produzidos, bem como todas as possibilidades de pesquisa histórica abertas pelas chamadas história das sensibilidades e mentalidades, entre outras.

Há estudos que avançam nessa direção, sobretudo sob influência de estudos de pós-ocupação e outras técnicas de pesquisa. Abordam formas de apropriação de espaços públicos, conjuntos habitacionais e outros, mantendo-se em geral em um corte contemporâneo de investigação que faz a discussão recair muito mais em aspectos da forma do espaço e seus modos de apropriação; quando incluem uma perspectiva histórica esta é muito mais sobre a significação do espaço público do que sobre as formas de apropriação em si ou de suas representações da cultura e da paisagem (apesar de muito diversos, indicam um pouco essa direção Serpa 1995, Santana e Tângari 2003, Rigatti 2003, Carneiro 1997 entre outros). Essa necessidade já era enfrentada sobretudo em Nishikawa 1984 de modo pioneiro e depois incorporada em alguma medida em Bartalini 1988 e Sandeville Jr. 1993 (mas aqui resultou muito abstrata e não atingiu bem o esperado), estes três sob orientação da Profa. Miranda Martinelli.

Algumas pesquisas que estão em etapa inicial na Área de Concentração Paisagem e Ambiente da FAU.USP voltam-se um pouco mais para esses aspectos, que na verdade remetem a interfaces da história com a antropologia, a sociologia, a geografia, conforme os problemas enfrentados pela pesquisa histórica no século 20 e que entraram em pauta para os arquitetos a partir de estudos cada vez mais interdisciplinares na década de 60 (Lynch 1982, primeira edição de 1960, Rappoport 1978, Tuan 1983). Novas pesquisas na FAU.USP abrirão possivelmente um amplo campo de aprofundamento nessa direção, como os trabalhos aplicados do *Laboratório da Paisagem, Arte e Cultura*, suportadas por pesquisas ainda inéditas e em andamento dos docentes responsáveis (Vladimir Bartalini, Catharina Cordeiro Lima, Vera Palamin) e seus orientandos, bem como de outros docentes que iniciam atualmente na orientação a pesquisas de pós-graduação enfoques convergentes discutindo a relação da natureza com comunidades locais e outras questões relativas ao conceito de espaço (Euler Sandeville Jr. e Eugênio Queiroga). É portanto prematuro relacionar essas pesquisas, que podem sofrer muitos redirecionamentos, mas que apontam para uma valorização quase antropológica do lugar e das relações sociais e do modo de vida de populações locais. Imagino que estes desenvolvimentos possibilitarão em breve tempo um questionamento de modos hierárquicos e generalizantes de estudo da paisagem, sobretudo centrados em decomposição de elementos morfológicos.

O tema Paisagem, Natureza e Cultura (no Brasil) dá continuidade às investigações iniciadas para a Tese de Doutorado, incluindo os aspectos que não foram naquele momento possível avançar e resgatando outros que remontam ao mestrado (há uma outra linha de pesquisa que desenvolvo, também muito preocupada com questões de método que se coloca em discussão aspectos de sustentabilidade tendo como referência a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e o Litoral Norte desse Estado colocando um outro conjunto de problemas que fogem ao escopo deste trabalho). Como parte dessas pesquisas há uma investigação sobre "jardins cotidianos" (figuras 1 e 2), denominado provisoriamente "*A Alma dos Jardins*", numa direção que decorre de questionamentos conceituais e metodológicos que têm origem em uma reflexão fortemente informados por debates da cultura e por contribuições advindas da história, da geografia e da antropologia, mesmo que indiretamente

assimiladas. A investigação em questão reconhece a validade e especificidade cultural das soluções adotadas, a peculiaridade dos ambientes em relação às histórias de vida e memórias, a investigação das sensibilidades, valores e significados e até mesmo de uma outra visão estética em relação aos modelos da historiografia consagrada. Há uma questão interessante aqui, na medida em que essa pesquisa sobre determinada produção contemporânea não é conceitualmente independente de toda a reflexão sobre a história da paisagem e do paisagismo aqui discutidas e de teorias e métodos para sua investigação.

O enunciado dessa pesquisa *Paisagem, Natureza e Cultura* está como segue, resumidamente: *"Esta pesquisa tem a intenção de dar continuidade à pesquisa do Doutorado, focando além dos aspectos conceituais gerais da cultura erudita investigados naquele trabalho, o emprego da vegetação e da água como elementos de qualificação dos espaços livres públicos e particulares, a partir da análise de projetos e dos saberes a ele relacionados, inclusive conhecimentos e práticas denominados de populares. Pretende-se seu desenvolvimento a partir de eixos temáticos de investigação, enfocando a construção de um quadro referencial para a análise, a partir de abordagens integrativas de arte, arquitetura, urbanismo e paisagismo no contexto de estudos de projetos e de paisagens, estabelecendo vínculos teóricos e críticos. Espera-se compreender melhor o campo da arquitetura da paisagem, em uma perspectiva histórica e teórica de condições contemporâneas de atuação na paisagem. Pretende-se contribuir para a discussão dos parâmetros e categorias de análise adequadas ao trato de uma ampla herança de estudos referênciais e projetos paradigmáticos recortados na historiografia internacional nacional no momento em que os estudos na FAU.USP sobre o projeto e a paisagem no Brasil parece estar em um segundo momento da produção de investigações sobre esses temas. Supomos um primeiro momento caracterizado pelo esforço na apropriação desses referenciais e na criação de um quadro geral sobre a realidade brasileira, muito vinculado ao eixo Rio-São Paulo. Na fase atual, já se nota um aumento do número de estudos, marcados por um rigor sistemático maior, pela abordagem de temas específicos e uma provável desconcentração das pesquisas em nível de pós-graduação em instituições pelo país exigindo um maior esforço integrativo entre as diversas instituições nacionais e estrangeiras que estão produzindo esses estudos".*



foto 1: Jardim residencial, São Paulo, SP (foto Euler Sandeville, 2004)



foto 2: Praça pública com arranjo criado e mantido por moradores, São Paulo, SP (foto Euler Sandeville, 2004)

Na verdade, coloco em questão aqui as visões de paisagem e os pressupostos conceituais e metodológicos que as alimentam, reavaliando inclusive minha produção anterior. A reflexão sobre a investigação histórica e sobre a própria visão de história é, no meu caso, instrumental, como um dos momentos, no sentido exposto nesses

últimos parágrafos, do questionamento sobre os modos de estudar as paisagens, seus objetivos, métodos, vínculos. Enfim, categorias de análise ainda correntes em histórias do paisagismo, como períodos, estilos, cópia e modelo e outras tantas, precisam passar por um crivo teórico que pode redirecionar muitos trabalhos. Tais questionamentos entretanto não seriam possíveis uma década atrás entre nós, embora já começassem a ocorrer em centros internacionais de pesquisa, mais afeitos aos métodos históricos e à investigação documental e erudita; mas mesmo estes apenas tardiamente começaram a perceber um descompasso das histórias do paisagismo com as questões enfrentadas pelas demais histórias (Hunt, 1999).

Merece nos determos rapidamente por um momento na historiografia, a reflexão sobre os modos de escrever histórias. O que seria a história, senão necessidade, desejo, obsessão? Necessidade de sentido, de explicação, desejo de ter uma origem, um repertório, uma memória, pertença, obsessão de seqüência, de ordem, de classificação de autoridade. Isto é, a construção de uma narrativa que não é apenas sobre o passado, mas sobre o presente em que é produzida.

Há inúmeros manuais de história do paisagismo, alguns maravilhosamente ilustrados (Clifford 1970, Tobey 1973, Jellicoe 1987, Pregill e Volkman, 1999, Toman, ed. 2000 etc.). O que há em comum entre eles? Primeiro um esforço de abarcar uma história universal do paisagismo. Entretanto, se prestarmos atenção, veremos que o paisagismo das civilizações do Oriente Médio e da Ásia, que freqüentemente aparecem nessas histórias, na prática parecem decorrentes da necessidade de elucidar um paisagismo europeu e freqüentemente também norte-americano. Em geral a estrutura dessas histórias obedece a três momentos, mesmo que haja uma diversidade de modos de organizar esses conteúdos: Antiguidade e Idade Média, não raro incluindo a Ásia, Idade Moderna e Idade Contemporânea, embora esses dois últimos termos raramente sejam utilizados. Quase sempre: Mesopotâmia e Egito, Império Romano, Idade Média, Árabes junto a Espanha já que o alvo aqui é Granada e Alhambra, depois Renascença, Barroco, etc... Geralmente o relato aqui se divide com ênfase na seguinte estrutura geral: Renascença italiana em Florença e Roma, sua transposição para a França ganhando interesse nos Parques "Barrocos" do absolutismo de Luis XIV, alguns desdobramentos desse Barroco pela Europa e finalmente o jardim pitoresco inglês. Depois em geral o século 19 é relatado, como o 20, a partir de um conjunto breve e menos claro de referências, o que também estaria a demonstrar uma série de fragilidades dos esquemas de organização sobretudo a partir da noção de estilo.

O que está se contando com isso como história do paisagismo? Que há uma seqüência histórica, que há um caminho evolutivo que se entrelaça com a história nacional (que fica assim implícita). Além disso e paradoxalmente, de que é possível fazer um percurso histórico sem tocar a historicidade dos fatos, substituída por períodos genéricos que estabelecem grandes classificações como Renascença e Barroco, para dar um exemplo. Categorias absurdas, como o "homem da renascença", ainda são usadas como explicação. Homem da renascença nada significa, não explica coisa alguma, senão a partir de uma perspectiva *historiográfica* em que tais noções são construídas. O que seria o homem da renascença? Leonardo da Vinci, colocando à disposição de Florença, Milão, Roma, França, seus talentos de pintor e engenheiro militar, marchando por exemplo ao lado dos exércitos de César Bórgia? Seriam os pintores contratados pelos *condottiere* ou esses guerreiros e comerciantes que podiam escrever seu humanismo ao preço de sangue? Como entender nesse caso a crítica "ardente" de Savonarola, seria ele um típico homem do Renascimento italiano? Como compreender os camponeses das aldeias francesas, como aquelas relatada por Philippe Contamine (1990), com suas casas que abrigavam tanto homens quanto animais, diante dos jardins e paisagens a que voltamos nossos olhares? Quem é o tal

“homem da renascença”, príncipes, nobres, artistas, camponeses de Florença, Siena, Dracy? Questão complicada, se tal coisa não existiu; para quem então teriam sido feitos esses jardins notáveis, que destacamos da paisagem, do cotidiano? A inadequação dessas classificações só deixa uma saída, a de uma evolução tipológica como objeto dessa história e tudo o que não pode ser reduzido a essas classificações é mesmo assim classificado, mas como anacrônico. De um modo sutil, quando se quer ver persistência de elementos medievais em Bosh ou Cranach, de um modo um pouco mais grosseiro quando se diz que tal coisa é “um gótico tardio”: o que se está dizendo é que não pertence a seu tempo (Renascença) mas é persistência de um passado em relutante superação, isto é, anacrônico. O que é um absurdo.

Não se está enxergando a especificidade cultural dos fatos, sacrificada à rapidez de uma análise estilística de superfície. Tais postulados, como encontramos inicialmente no século 19 em Burckhardt (1991) ou Wölfflin (2000), são ainda eruditos e uma discussão da cultura. Mas não passam de reduções quando cem anos depois subjugamos o mundo a um elenco de fatos classificáveis. A Idade Média está condenada por denominação a ser sempre média, permanece uma gigantesca passagem, nada homogênea unificada pelo título, entre outras duas coisas. Ainda sofre de preconceitos que tais generalizações ocultam mesmo que não haja mais uma Idade de Trevas: *“A Idade Média é assim chamada porque se situou entre dois picos de glória artística: o período clássico e o Renascimento. Posto que a arte **ainda vivia** na Idade Média, o que o Renascimento – e se estendeu pelo período barroco – foi a arte parecida com a vida. A passagem do interesse pelo sobrenatural para o natural provocou essa mudança. A redescoberta da tradição greco-romana ajudou os artistas a **reproduzirem acuradamente as imagens visuais**. A expansão do conhecimento científico, com a maior compreensão da anatomia e da perspectiva, possibilitou aos pintores dos séculos XV e XVI superarem as técnicas da Grécia e de Roma. No período barroco dos séculos XVII e XVIII, a reverência pelo Classicismo persistiu, mas esses dois séculos produziram **uma aceleração inédita**. Governados por monarcas absolutistas, as recém-unificadas nações produziram artes teatrais e arquitetônicas de dimensões sem precedentes, destinadas a arrebatam os sentidos e as emoções”* (Strickland, 1999:30, ênfases minhas).

O que está se contando com isso ao se adotar essas estruturas interpretativas como válidas na história do paisagismo? Ainda com relação a essa bibliografia mais difundida sobre história do paisagismo, mesmo numa discussão rápida, é importante destacar que há uma omissão notável em relação à paisagem, embora textos mais recentes já comecem a procurar de algum modo a superar essa evidente deficiência (Pregill e Volkman, 1999). Nunca é demais evidenciar essa dificuldade, onde se privilegia o objeto independentemente da sua inserção. Ao mesmo problema se poderia chegar por outros caminhos, por exemplo, no enfrentamento das questões contemporâneas em que não raro a expectativa de um objeto excepcional escurece a percepção de uma paisagem desvalorizada que fica relegada a um mero pano-de-fundo, tanto pior, já que sua extensão e não sua exceção (ainda que em mosaicos como hoje se diz) é a única forma da paisagem ser paisagem. As conseqüências vamos encontrar nas opções de planejamento e de ações estratégicas que não são capazes de enfrentar as especificidades de nossas paisagens urbanas (Sandeville Jr. 2001, 2003). Mais uma vez encontramos um link entre formas contemporâneas de enxergar o presente e de enxergar o passado (ou não enxergar). A paisagem é sobretudo relacional e de síntese, no entanto ainda é freqüentemente vista como conjuntos de objetos e elementos justapostos, revelando uma dificuldade do arquiteto, inclusive paisagista, abrir-se para promissores e necessários campos de atuação.

No fim, esse tipo de procedimento está conduzindo a essa facilidade de apreensão dos problemas, extremamente pragmática para servir de ilustração a uma cultura como a nossa (brasileiros), distante das fontes e testemunhos de um passado a partir do qual teimamos em nos medir. Considerem a gravidade desse tipo de concepção no atual contexto de formação universitária, oferecemos um produto pronto, rápido de assimilar, que não explica sequer aquilo a que se refere, e que é adotado como válido para entendermos depois nossas questões e produções.

Resta-nos assimilar a visão historiográfica veiculada e adotar categorias de análise preestabelecidas, que suportam juízos valorativos? As categorias de análise extremamente hierárquicas, rígidas, classificatórias, quer para estudos de história, quer para "leituras de paisagens", ficam sob suspeita, remetendo a uma simplificação de padrões de pensamento que remontam a uma simplificação do "iluminismo" que "esperava" organizar o mundo num todo de partes coerentes e devidamente classificadas a partir da análise de composição de elementos.

De certa forma, o esforço de construir um relato coerente (e crítico) sobre as origens, muitas vezes fica inscrito no âmbito de consensos e definições não investigados e assumidos como válidos. Pode-se dizer que esta revisão aqui demandada faz parte de questionamentos mais profundos sobre os condicionantes da possibilidade de uma história do paisagismo brasileiro, convidando a revisão conceitual de alguns procedimentos. Uma maior maturidade crítica e teórica sobre a própria noção de história (ou histórias) começa a demandar um processo de dúvida sistemática sobre os referidos consensos dos quais partimos. O problema, está claro, não se refere apenas a um certo número de pioneiros ou "mestres". O questionamento é mais profundo, colocando em questão o modo de ver o próprio campo de conhecimento e atuação profissional e as injunções nas quais está sendo construído. Teremos que conviver com obras abertas, em contínuos processos de revisões e amadurecimento.

Segundo Giedion (1958:6), "*a história não é estática, mas dinâmica*" e "*não se pode tocar a história sem modificá-la*". Para ele, o historiador tem que estar compenetrado em sua própria época para saber que incógnitas, na relação com o passado, têm real interesse para si. Talvez seu comprometimento com o presente tenha lhe valido críticas por uma visão evolucionista da história, empenhada com a exaltação do movimento moderno. Na verdade, parte do problema estaria muito mais na visão de história quase inevitável em seu contexto, que procurava olhar o mundo como um *todo universal* (Giedion 1958) e no modo como entendia seu comprometimento com o presente engajado, isto é, com um estabelecimento *a priori* do modernismo, enraizando-o numa tradição histórica com a qual ao mesmo tempo rompia. O presente, ou qualquer outro recorte no tempo-espaco (tenho uma recusa pela separação conceitual desses pólos), não é possível se entendido como corte ou como continuidade esgotando-se em si mesmos. O que interessa é perceber as conexões entre os fatos (o que pressupõe que se estabeleçam não só os dados e os fatos, mas a crítica de seus processos e até mesmo de seu estabelecimento).

Por outro lado, não é possível ao pesquisador abstrair-se a seu tempo. André Burguière (2001:150), historiador de ofício, observa que há uma conjuntura histórica do mesmo modo que há uma conjuntura do saber histórico, e exemplifica essa dependência do historiador de seu tempo com o alerta de que se hoje há uma tendência em recusar uma concepção linear do desenvolvimento histórico "*é porque os bloqueios e as fases de equilíbrio e até de regressão que [os historiadores] identificaram na sociedade do antigo Regime questionavam a noção de progresso; mas é também porque a noção de progresso e a mística do desenvolvimento são questionadas à nossa volta pela sociedade para a qual interrogamos o passado*".

Descontada a crítica que hoje podemos fazer ao *notável* trabalho de Giedion (1958) em "*Espaço, Tempo e Arquitetura*", parece-me fundamental sermos capazes de identificar quais incógnitas, na relação com o passado, são relevantes hoje. Desejamos, ou pelo menos desejo, a direção da história como um fato social e cultural, devendo procurar enfoques dos homens em suas sociedades e não como um tipo abstrato ou universal e não apenas isso, mas efetivamente inseridos no seu cotidiano, e nas contradições dessa inserção. Não há a pretensão de estar fazendo história no sentido do historiador, não há o preparo para isso, mas ainda assim tais cuidados ou advertências são necessárias para que se evite em estudos desse tipo as generalizações dos grandes esquemas explicativos, que são apenas esquemas mas não explicações (sobretudo de teor *estetizante* ou tipológico tratados como categorias formais autônomas; não se trata de aniquilar a análise estilística ou a formalista da arte, mas de recusar sua redução a uma categoria autônoma ou a idéia de que uma classificação de objetos catalogados constitua explicação de qualquer coisa). Já dizia Delumeau em 1964 que nossa compreensão "*ficaria muito facilitada se fossem suprimidos dos livros de História dois termos solidários e solidariamente inexatos: 'Idade Média' e 'Renascimento'...*", mas reconhecendo "*que as palavras têm muita vida. Impõe-se-nos contra a nossa própria vontade*", deu ao seu livro o título de "*A Civilização do Renascimento*" (Delumeau 1994:19).

O que se procura é apontar para questionamentos do atual modo de pensar essa insipiente história do paisagismo que indiquem caminhos a serem explorados nas próximas investigações. A busca ainda é maior, não só paisagismo, mas paisagem, uma história comprometida com o cotidiano e com a paisagem na qual se inserem os objetos de estudos. Se não é ainda possível dar esse passo essencial, ao menos é possível reclamá-lo a cada passo dado. Uma outra direção irá com o tempo inevitavelmente se estabelecer: é a intenção contribuir para que de fato ocorra.

Numa outra perspectiva daquela de Giedion e de Burguière, citados acima, mas complementando-as para os propósitos deste trabalho, segundo Coulanges, historiador francês do século 19, "*A história não responde a questões, ela nos ensina a abordá-las*" (citado por Caire-Jabinet 2003). O retorno ou recurso à história *não é tanto uma procura de respostas quanto uma colocação mais adequada de problemas*, o que implica na investigação da forma de abordá-los.

Por hora, fiquemos com perguntas. Assim, que questões e problemas contemporâneos nos motivam a procurar abordagens históricas que sejam válidas? O que caracteriza a especificidade do paisagismo brasileiro, sobretudo a partir das experiências modernas? Que pontos para discussão esta herança coloca aos dias atuais? Questiona-se assim a validade ou não de algumas chaves interpretativas para o paisagismo contemporâneo no país (sobretudo no eixo Rio - São Paulo).

Porém, terminemos com os historiadores: "*No final dos anos 70, Georges Duby constatava: Tenho uma sensação de que estou sem fôlego*" (citado por Caire-Jabinet, 2003:143). Além de um debate conceitual e metodológico, a oxigenação necessária ao menos para nós, aprendizes da paisagem e do paisagismo no Brasil, poderia vir de um esforço cooperativo, que ajudasse a fazer conhecidas especificidades locais e a estabelecer ao menos esforços regionais de investigação.

Trata-se da criação de Grupo de Estudo interdisciplinar a partir de células locais, formando uma rede de pesquisa que favorecesse conhecer as problemáticas enfrentadas ou a serem enfrentadas, a organização e sistematização de bases de informação e dados, o intercâmbio de pesquisas e pesquisadores, o confronto de métodos. A idéia de uma rede é pertinente ainda mais quando a prática já está incorporada informalmente em vários aspectos da vida cotidiana. Note-se que, em

consonância com as considerações aqui ensaiadas, o esforço não seria apenas o de divulgar a produção local e regional, mas a de estabelecer um projeto teórico que fundamente e estimule o debate, a organização e fortalecimento de núcleos de produção de conhecimento a um tempo descentralizados e cooperativos. A internet pode ser um instrumento básico para estruturação da rede e os ENEPEAs podem fornecer o espaço de um Fórum continuado englobando uma seção voltada para abrigar o Encontro periódico desse(s) Grupo(s) de Estudo(s) integrado(s) em uma perspectiva regional e nacional, mantendo-se em vista a questão interdisciplinar que os estudos irão cada vez mais exigir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992

BARDI, P.M. *The Tropical gardens of Burle Marx*. Amsterdam - Rio de Janeiro, Colibris, 1964

BARROS, Sandra Augusta Leão. *O que são bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poços da Panela no Recife*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU.USP, 2002

BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo: ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. São Paulo, Tese (doutorado) FAUUSP, 1999.

BARTALINI, Vladimir. *Praças do metrô: enredo, produção, cenário, atores*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU USP, 1988

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Waldemar Cordeiro, uma aventura da razão*. São Paulo, MAC-USP, 1986.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Rio de Janeiro, Metalivros, 2000

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália. Um ensaio (1860)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. in LE GOFF, JACQUES. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003

CARDOSO, Omar de Almeida. Roberto Coelho Cardozo - a vanguarda da arquitetura paisagística moderna paulista. In *Paisagem e Ambiente, Ensaios IV*, São Paulo, FAU.USP, 1992

CARNEIRO, Ana Rita de Sá. O projeto, as funções e o uso dos parques urbanos do Recife. São Paulo, *Paisagem e Ambiente* 10:167-187, 1997.

CASTILHA, Marcos. O moderno na arquitetura da paisagem e obra de Waldemar Cordeiro. In *Paisagem e Ambiente, Ensaios IV*, São Paulo, FAU.USP, 1992

CENIQUEL, Mário. Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19. in *Paisagem e Ambiente* n.8, 1995:233-275

CLIFFORD, Derek. *Los jardines. História, trazado, arte ...* Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1970.

- CONTAMINE, Phillipe. Problemas. Os arranjos do espaço privado. Séculos XIV-XV. In DUBY, Georges. *História da vida privada* (vol. 2). Da Europa feudal à Renascença. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p 395-501.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento* [1964]. Lisboa, Estampa, 1983 (Volume I)
- DOURADO, Guilherme Mazza (org). *Visões da paisagem. Um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil*. São Paulo, ABAP, 1997
- DOURADO, Guilherme Mazza. *Modernidade verde. Jardins de Roberto Burle Marx*. São Carlos, Dissertação de Mestrado, EESC.USP, 2000.
- GALENDER, Fany. *Produção Em Pesquisa Do Grupo Disciplinas Paisagem E Ambiente (GDPA) / FAUUSP (1973-Julho 2003)*. São Paulo, Paisagem e Ambiente n. 17, 2004
- GIEDION, S. *Espacio, Tiempo y Arquitectura*. Barcelona, Editorial Científico-Médico, 1958, 2ª ed. (1941)
- GUARALDO, Eliane. *Repertório e identidade. Espaços Públicos em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo, Tese de Doutorado, FAU.USP, 2002.
- HENEYMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca. Natureza e civilização no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do paraíso* (1958). São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1969
- HUNT, John Dixon. Approaches (new and old) to garden history. In: CONAN, Michel (ed.). *Perspectives on Garden Histories*. Washington D.C.: Dumbarton Oaks, 1999, p. 77-90
- JELLICOE, G. and S. *The landscape of Man. Shaping the environment from history to present day* (1975). London, Thames and Hudson, revised edition 1987
- JENCKS, C. *El language de la Arquitectura Posmoderna* (1977, 1978, 1984). Barcelona, Gustavo Gili, 1984
- KLIASS, Rosa Grena. *A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FAU USP, 1989
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo, Martins Fontes, 2001
- LYNCH, K. *A imagem da cidade* (1960). São Paulo, Martins Fontes, 1982
- MACEDO, Silvio Soares *Mutação de paisagem urbana: o bairro de Higienópolis e arredores*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) 1982.
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo, Quapá, 1999
- MACIEL, Marieta Cardoso. *O Projeto em arquitetura paisagística – praças e parques públicos de Belo Horizonte*. São Paulo, Tese de Doutorado, FAU.USP, 1998
- MAGNOLI, Miranda M. E. Martinelli. *Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos*. São Paulo, Tese (Doutorado) 1973.
- MAGNOLI, Miranda M. E. Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo, Tese (Livre Docência) 1982.
- MARIANO, C.R. *Parques metropolitanos de São Paulo: subsídios pra o desenho*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1992

MARIANO, Cássia Regina. *Preservação e paisagismo em Otávio Augusto Teixeira Mendes*. São Paulo, Tese de Doutorado, FAU.USP, 2003

MOTTA, Flávio. *Burle Marx, e a nova visão da paisagem*. São Paulo, Nobel, 1986, 3ª ed.

NEVES, Ézia. *Praças de Belém*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU.USP, 1997

NISHIKAWA, Ayako *Espaços livres junto as habitações em São Paulo: estudo de casos de apropriação do espaço da rua articulado ao seu entorno habitacional*. São Paulo, Dissertação (Mestrado) 1984.

OLIVEIRA, Ana Rosa. *Hacia la extravasaria: la naturaleza y el jardín de Roberto Burle Marx*. Barcelona, tese de Doutorado, Escuela de Arquitectura de Barcelona, s/d

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. *Os projetos para o Parque do Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)*. São Carlos, EESC.USP, 2003.

PERECIN, Tatiana. *Azaléias e Mandacarús: Mina Klabin Warchavchik, paisagismo e modernismo no Brasil*. São Carlos, Dissertação de Mestrado, EESC.USP, 2003

PREGILL, Philip; VOLKMAN, Nancy. *Landscapes in history :design and planning in the Eastern and Western traditions*. New York : John Wiley, 1999.

RAPOPORT, A. *Aspectos Humanos de la forma Urbana*. Barcelona, Gustavo Gili, Colección Arquitectura, Perspectiva, 1978

RIGATTI, Décio. *Camelôs, flanelinhas e outros: privatização de espaços públicos*. São Paulo, *Paisagem e Ambiente* 17:41-67, 2003.

SANDEVILLE JR., Euler. *A Gestão da Paisagem – Uma experiência Pioneira em São Paulo, SP na Revista de Pós Graduação do Unibero Ano I, nº 1*. São Paulo, abril de 2001. (p. 43-59)

SANDEVILLE JR., Euler. *A herança da paisagem*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1993.

SANDEVILLE JR., Euler. *Anotações para uma história do paisagismo moderno em São Paulo: elaboração da linguagem e conceituação de um campo entre arquitetos*. In *Paisagem e Ambiente* nº 10, 1997, p 97-166.

SANDEVILLE JR., Euler. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.

SANDEVILLE JR., Euler. *Considerações para elaboração de programas de ensino de paisagismo em cursos de arquitetura e urbanismo*. Anais do II ENEPEA, Unimarco Editora, 1996

SANDEVILLE JR., Euler. *Gestão de paisagens? A natureza das dificuldades*. São Paulo, revista *Paisagens*, 2003. Disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens.html>, acesso em 08/03/2004

SANDEVILLE JR., Euler. *Paisagem completa. Breve viagem pela obra de Burle Marx*. In *Revista Projeto*, out. 1994, p 89 e 90.

SANDEVILLE JR., Euler. *Paisagismo: o campo disciplinar, sua designação, o exercício profissional*. Anais do I ENEPEA, UFRJ, 1998.

SANDEVILLE JR., Euler; LIMA, Catharina Cordeiro. *Desafios do paisagismo contemporâneo brasileiro*. In *Revista AU* ano 12, n. 75, São Paulo, 1998, p.98-101.

- SANDEVILLE JR., Euler; LIMA, Catharina Cordeiro. Por um projeto contemporâneo de paisagismo. In DOURADO, Guilherme Mazza DOURADO (org). *Visões da paisagem. Um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil*. São Paulo, ABAP, 1997
- SANDEVILLE JUNIOR, Euler. O Que Fazer Com A Universidade e o Ensino de Paisagismo Agora? In: VI ENEPEA, UFPE, 2003, Recife. *Anais do VI ENEPEA*. Laboratório da Paisagem UFPE, 2003
- SANDEVILLE JUNIOR, Euler; GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Arquitetura paisagística. *Projeto Design*, São Paulo, v. 106, 1986.
- SANTANA, Ethel Pinheiro e TÂNGARI, Vera Regina. Espaço arquitetônico x apropriação: estudo de caso no centro do Rio de Janeiro, Largo da Carioca e Rua Uruguaiana. São Paulo, *Paisagem e Ambiente* 17:07-39, 2003.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1996
- SEGAWA, Hugo. Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, *Separata de Barroco* 12, 1983
- SERPA, Angelo. *Planejamento paisagístico em zonas periféricas urbanas e em áreas de alta densidade populacional. Estdos de caso em São Paulo*. São Paulo, CNPq, 1995
- SOUZA, Saide Kahtouni Proost. *Cidade das águas*. Tese de Doutorado: FAU.USP, 2002
- STRICKLAND, Carol. *Arte comentada. Da Pré-história ao pós-moderno*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1999
- TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro, UFRJ, série Dissertações e Teses, 1996
- TOBEY, G.B. *A History of Landscape Architecture. The Relationship of People to Environment*. N.York, American Elsevier Publishing Co., 1973
- TOMAN, Rolf (ed) *Grandes jardins de Europa desde la antigüedad hasta nuestros días*. Colonia, Könemann, 2000
- TUAN, Y.F. *Espaço e Lugar*. São Paulo, Difel, 1983 (1977)
- VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. (1988). São Paulo, Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001, 2ª ed.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo, Perspectiva, 2000
- WREDE, Stuart; ADAMS, William Howard (org.) *Denatured visions. Landscapes and culture in the twentieth century*. New York, Museum of Modern Art, 1991.